

O recente desastre no Japão deixou muitos mortos, desaparecidos e desabrigados no país, causando um grande choque e uma enorme sensibilização em todo o mundo. Os números exatos de vítimas e pessoas afetadas pelo grande terremoto inicial, seguido por um violento tsunami de proporções jamais enfrentadas pelos japoneses e novos terremotos posteriores (que ocorrem até hoje), além da iminente ameaça nuclear, ainda não pôde ser calculado com exatidão. Na Região Serrana do Rio de Janeiro, entretanto, os cálculos já foram feitos: de acordo com a Defesa Civil nacional, são mais de 900 mortos e cerca de 13.400 desabrigados, sem contar o número de pessoas desaparecidas até hoje, mais de três meses após o desastre. Já não se fala muito no assunto, que inicialmente provocou uma forte comoção nacional, mas as fortes tempestades e as conseqüentes enchentes e deslizamentos de morros afetaram a vida de milhares de famílias, que não podem ser negligenciadas. Até mesmo porque as chuvas provavelmente voltarão a atingir o local, cada vez mais fortes, e não podemos deixar de nos questionar até quando tal situação continuará a se repetir, causando tamanho estrago e tanta dor. Felizmente, algumas organizações ainda trabalham na região serrana, somando esforços pela reconstrução do local e pelo fortalecimento da comunidade que o habita, a fim de torná-la preparada para a nova temporada de chuvas.

A redução da vulnerabilidade a desastres deveria ser uma prioridade no Brasil, que está ameaçadoramente despreparado para os impactos das mudanças climáticas. As medidas oficiais para a redução de riscos de desastres ambientais são tímidas, isoladas ou inexistentes. Enquanto outros países acumulam recursos e lições, com muita dificuldade conseguimos recursos para a criação de sistemas de alerta precoce. A simples ideia de evacuação frente a um desastre iminente, como a que ocorreu no Japão (salvando muitas vidas), ainda beira a ficção em nosso país. No entanto, a prevenção dos riscos de desastres é o único modo de fazer frente aos impactos humanos e sociais imediatos das mudanças climáticas.

O primeiro passo para a redução de riscos é tomar consciência de nossa vulnerabilidade. Hoje, o Brasil passou pelo pior desastre da sua história e sofrerá frequentemente com secas, enchentes e deslizamentos. Os fóruns recentes tratando do extenso e complexo tema das mudanças climáticas são fundamentais, assim como é igualmente importante a resposta aos desastres. Resposta essa que se dá em tempo real da catástrofe, com a ajuda humanitária; passadas algumas semanas, com a recuperação e a reestruturação das condições de vida e das capacidades produtivas; e, em longo prazo, com a implementação de medidas de prevenção.

Na tragédia da Região Serrana do Rio de Janeiro, em janeiro de 2011, ficou evidente o despreparo do nosso país frente aos desastres. As fortes chuvas revelaram que ainda temos muito a evoluir na implementação de políticas públicas, sociais e habitacionais efetivas para a inclusão social e o combate à pobreza e nos planos diretores e de desenvolvimento local, para que levem em consideração a adaptação às mudanças climáticas.

Este desastre ressaltou também o desrespeito constante às restrições do Código Florestal; a não atenção para expansão e adensamento da ocupação desordenada das encostas, topos de morros e beiras de rios; áreas de proteção permanente com ocupações irregulares generalizadas, com destaque para as comunidades mais vulneráveis, concentradas em áreas de maior risco.

Por fim, nos deparamos com uma Defesa Civil local desaparelhada, com planos de contingência ainda limitados; ausência de obras de infraestrutura e de sistemas eficazes de monitoramento das chuvas e de alerta precoce; e, o mais díspar em nossa sociedade em comparação ao Japão, o grande despreparo do cidadão, tragicamente desinformado sobre a catástrofe iminente e sobre como poderia reagir e se proteger.

Precisamos aparelhar melhor a nossa sociedade e nossas Defesas Civas locais e dotá-las de planos de contingência mais abrangentes; investir em obras de infraestrutura e sistemas eficazes de monitoramento das chuvas e, sobretudo, alertas precoces. Um exemplo positivo da importância desses alertas ocorreu por iniciativas pessoais do prefeito de Areal e do padre de Bom Jardim. Avisos que foram suficientes para salvar a população desses dois municípios, o que mostra mais uma vez a grande importância deste tipo de prevenção, detecção e evacuação antes que o desastre ocorra de fato.

MARKUS BROSE, 49 anos, é agrônomo com especialização em agroecologia pela Universidade de Kassel/Alemanha, mestre em Gestão Pública pela Universidade de Londres/Inglaterra; e doutor em Sociologia pela Universidade de Osnabrück/Alemanha. Desde março de 2005, é diretor executivo da CARE Brasil, organização não-governamental brasileira que promove o desenvolvimento local em oito estados brasileiros (PI, AC, BA, MA, TO, GO, RJ, SP) e presta ajuda humanitária na região serrana e na baixada fluminense do Rio de Janeiro. A CARE Brasil faz parte da CARE Internacional, federação com sede em Genebra (Suíça) que atua no combate à pobreza em 70 países.